

# MARIA LENK: AS REVOLUÇÕES POLÍTICA E EMANCIPADORA DA DÉCADA DE 1930 NO BRASIL QUE LEVARAM A NADADORA DA ATLETICA ÀS OLIMPIADAS DE LOS ANGELES

Ana Miragaya & Lamartine DaCosta  
Universidade Gama Filho

**Resumo:** O objetivo deste estudo é investigar o início da carreira de uma das maiores nadadoras do Brasil no pano de fundo das revoluções política e emancipadora da década de 1930 de significado para a história do esporte nacional. Os fatos históricos que lançaram Maria Lenk rumo à 10<sup>a</sup> Olimpíada em Los Angeles em 1932 serão também analisados, sobretudo por terem representado um grande avanço e exemplo para a mulher brasileira.

**Palavras-chave:** revoluções, mulher, natação, Maria Lenk, inclusão

**Abstract:** *The objective of this paper is to investigate the beginning of the career of one of the greatest female swimmers in Brazil against an acting scenario that was revolutionary for the history of sport in the 1930s, showing combinations of historical facts that launched Maria Lenk towards the 10<sup>th</sup> Olympiad in Los Angeles in 1932, which represented a giant step and effective model to Brazilian women.*

**Key words:** *revolutions, women, swimming, Maria Lenk, inclusion*

Em 1932, ano da 10<sup>a</sup> Olimpíada, que ocorreu em Los Angeles, o Brasil era um país que passava por duas revoluções importantes em sua história. A primeira delas acontecia em sua região mais rica, o estado de São Paulo. Foi o ano do maior confronto militar do século XX em todo o território nacional (1). A outra revolução tinha as mulheres no papel principal, reivindicando seus direitos de cidadãs com direito ao voto, dentro de uma revolução de costumes que havia se iniciado nos anos 20, tendo a Europa e os Estados Unidos como modelos (2,3). Havia uma série de preconceitos quanto à participação das mulheres em atividades esportivas, principalmente na natação, que exigia trajes que não eram recomendáveis às moças ditas 'de família' da época, educadas para o casamento e para cumprir obrigações sociais (4). Foi exatamente dentro deste contexto de turbulências sociais, desafiando o 'status-quo' que o Brasil incluiu uma nadadora adolescente de 17 anos como a primeira participante feminina de uma olimpíada. Maria Lenk foi representar o Brasil nas Olimpíadas de Los Angeles. O que motivou essa inclusão repentina e aparentemente incoerente? Como se deu esse processo? O objetivo deste estudo foi investigar o contexto histórico de 1930 a 1932 assim como a trajetória de sucesso de Maria Lenk, que permitiram sua ida às Olimpíadas de Los Angeles marcando não somente a representação do Brasil, mas a presença da América do Sul.

## 1. O CENÁRIO

### A PRIMEIRA REVOLUÇÃO: A REVOLUÇÃO CONSTITUINTE DE 1932

O atuante pano de fundo brasileiro da ida da paulista Maria Lenk às Olimpíadas de Los Angeles foi o tumultuado cenário da Revolução Constitucionalista de 1932. Pode-se dizer até que foi um cenário que atuou como um personagem, talvez coadjuvante.

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o clímax de um conflito que havia se iniciado em 1930 (4), quando uma revolução derrubou o governo de Washington Luís (República Velha). Era o fim do governo dos grandes latifundiários de Minas Gerais e São Paulo. A Junta Governativa Provisória da Revolução de 1930 passou então o governo a Getúlio Vargas, que assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório, mas com amplos poderes. Todas as instituições legislativas foram abolidas, desde o Congresso Nacional até as Câmaras Municipais. Os governadores dos Estados foram depostos e para suas funções, Vargas nomeou interventores. Essa política centralizadora de Vargas desagradou às oligarquias estaduais, especialmente as de São Paulo enquanto que as elites políticas do Estado economicamente mais importantes sentiram-se prejudicadas. Ao mesmo tempo em que os liberais reivindicavam a realização de eleições e o fim do governo provisório, o governo Vargas reconhecia oficialmente os sindicatos dos operários, legalizava o Partido Comunista e apoiava um aumento no salário dos trabalhadores. Estas medidas irritaram ainda mais as elites paulistas (5).

Em 1932, uma greve mobilizou 200 mil trabalhadores no Estado. Preocupados, empresários e latifundiários de São Paulo se uniram contra Vargas. No dia 23 de maio de 1932 foi realizado um comício reivindicando uma nova constituição para o Brasil. Este comício terminou em conflitos armados nos quais quatro estudantes morreram: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo. As iniciais de seus nomes formaram a sigla MMDC, que se transformou no grande símbolo da revolução que explodiu em 9 de julho de 1932. As tropas rebeldes se espalharam pela cidade de São Paulo e ocuparam as ruas. A imprensa paulista defendeu a causa dos revoltosos. No rádio, o entusiasmo de César Ladeira fez dele o locutor oficial da Revolução Constitucionalista. Uma intensa campanha de mobilização foi acionada. Quando se iniciou o levante, uma multidão saiu às ruas em seu apoio: médicos, engenheiros, químicos, estudantes, operários, padres, freiras, colégios, comerciantes, empresas, associações, indústrias, donas-de-casa, todos formaram a solidariedade pública e acorreram em massa ao chamado da Revolução. O movimento contou com homens nos campos de batalha e mulheres na retaguarda. Tropas paulistas foram enviadas para os fronts em todo o Estado. Mas as tropas federais eram mais numerosas e bem equipadas. Aviões foram usados para bombardear cidades do interior paulista. Trinta e cinco mil homens de São Paulo enfrentaram um contingente de 100

mil soldados. Os revoltosos esperavam a adesão de outros Estados, porém só puderam contar com Mato Grosso. Em outubro de 32, após três meses de luta, os paulistas se renderam. Prisões, cassações e deportações se seguiram à capitulação. Estatísticas oficiais apontaram 830 mortos, porém estima-se que centenas a mais de pessoas morreram sem constar dos registros oficiais (1, 6).

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o maior confronto militar no Brasil no século XX. Apesar da derrota paulista em sua luta para restabelecer a democracia e por uma constituição, dois anos depois da revolução, em 1934, uma assembléia eleita pelo povo promulga a nova Carta Magna (7). Os anos de 1930 a 1932 foram extremamente tumultuados, com uma guerra civil, gerando conseqüentemente um contexto politicamente atribulado no qual a população foi obrigada a conviver com o peso das armas e das imposições da ditadura Vargas. O ano olímpico de 1932 quase passou despercebido se não fosse pela cobertura jornalística da época que, embora precária, dedicava suas páginas às manchetes do esporte como se fosse uma forma de poder desviar a atenção do que acontecia para a esperança de alguma glória nacional (8).

## A SEGUNDA REVOLUÇÃO: A INCLUSÃO DA MULHER NA CIDADANIA

As mulheres paulistas participaram da Revolução Constituinte não somente como voluntárias, enfermeiras e ajudantes nos campos de batalha, mas também como financistas, doando suas jóias na campanha Ouro para o Bem de São Paulo (8). No entanto, antes mesmo de a Revolução Constitucionalista acontecer, uma outra revolução já despontava no mundo e no Brasil.

A Revolução Industrial que teve início na Europa no final do século XVIII convocando homens e mulheres ao trabalho nas fábricas, motivou a luta dos operários do século XIX por melhores condições de trabalho (melhores salários e repouso semanal) e pelo direito a cidadania. O sufrágio universal foi uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora. Tal conquista, no entanto, não incluía o sufrágio feminino, que foi uma luta específica abrangendo mulheres de todas as classes. Uma mobilização de até dois milhões de mulheres, tornando essa batalha, um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX (2).

Apesar de ser extremamente difícil estabelecer algum momento inicial para acontecimentos que fazem parte do processo histórico, cabe destacar como um dos pioneiros, o movimento sufragista feminino americano, a Convenção dos Direitos da Mulher, convocada em Seneca Falls, em 1848, com a participação de Elizabeth Cady Stanton, Lucretia Mott e a novata Susan B. Anthony (9). Nesta Convenção, redigiu-se uma versão feminina da Declaração de Independência dos Estados Unidos, que iniciou com a frase: "Acreditamos serem estas verdades evidentes: que todos os homens e mulheres foram criados iguais...". A idéia inicial de Susan Anthony era de que também fosse aprovada uma emenda que desse o direito de voto às mulheres, mas, devido às dificuldades enfrentadas, foi resolvido que ficariam apenas na libertação dos escravos para só tratar posteriormente do direito ao voto. Porém algumas décadas ainda separavam as mulheres americanas do direito ao voto somente alcançado em 1920, dando fim a uma luta iniciada 72 anos antes (9, 10).

O livro 'A Vindication of the Rights of Women (Uma Reivindicação dos Direitos das Mulheres), escrito pela inglesa Mary Wolstonecraft (1759-97), publicado em 1792, na Inglaterra, foi um dos grandes clássicos pioneiros da literatura feminista. A luta pelo direito de voto iniciou-se, cresceu e mais tarde processou-se de forma semelhante à americana, tendo, no entanto, se revestido em sua etapa final de características mais violentas. Por volta de 1913, as sufragistas inglesas se dividiram entre as "pacifistas", e, as chamadas 'suffragettes', que atuando de uma forma cada vez mais radical, passaram a danificar propriedades e bens materiais como forma de chamar a atenção. O que elas queriam era um direito que, em tese, era defendido pelas idéias liberais, mas recusado, na prática, pelo próprio Governo Liberal. As inglesas somente alcançaram este direito em 1928, depois de um longo processo de lutas (10, 11).

No Brasil, ao contrário de outros países, o movimento pelo voto feminino partiu de um homem, o constituinte, médico e intelectual baiano César Zama, que, na sessão de 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, defendeu o sufrágio universal, a fim de que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. O próprio Ruy Barbosa e o Barão Rio Branco se manifestaram em defesa da igualdade política dos sexos. Mas os inimigos eram fortes e em maior número. A pressão, porém, foi tão grande que Epitácio Pessoa (posteriormente Presidente da República, em 1919-1922), que havia subscrito a emenda, dez dias depois, retirou o seu apoio. Na sessão de 27 de janeiro de 1891, o deputado Pedro Américo assim falou: "A maioria do Congresso Constituinte, apesar da brilhante e vigorosa dialética exibida em prol da mulher-votante, não quis a responsabilidade de arrastar para o turbilhão das paixões políticas a parte serena e angélica do gênero humano" (10) Outro parlamentar, Coelho Campos foi mais radical em seu pronunciamento: "É assunto de que não cogito; o que afirmo é que minha mulher não irá votar" (10). E assim o Brasil deixou de ser o primeiro país do mundo a conceder o direito do voto à mulher em 1891. Em 1893 a Nova Zelândia teria a primazia da concessão do voto feminino (10).

A luta pelo voto feminino re-iniciou-se em 1910, quando a professora baiana Leolinda de Figueiredo Daltrô fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar o debate sobre o voto da mulher. Alguns anos mais tarde, em 1918, a jovem Bertha Lutz, iniciando a carreira profissional como bióloga, publicou na "Revista da Semana" uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino. No ano seguinte, ela fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, organização que leva adiante a luta pelo sufrágio, tendo como

principais táticas o lobbying e a divulgação de suas atividades pela imprensa, a fim de mobilizar a opinião pública. Ela propôs também a formação de uma associação de mulheres, visando a canalizar esforços isolados, o que vai se concretizar em 1922 no Rio de Janeiro, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (10,11).

Em 1927, o Estado do Rio Grande do Norte incluiu em sua constituição, um artigo permitindo o exercício do voto às mulheres. As duas primeiras mulheres alistadas como eleitoras no Brasil foram as professoras Julia Barbosa de Natal e Celina Vianna de Mossoró, ambas do Rio Grande do Norte. Também seria potiguar a primeira prefeita do Brasil, Alzira Teixeira Soriano, eleita no município de Lages, em 1928, pelo Partido Republicano Federal. A partir daí, o direito de voto foi sendo, gradativamente alcançado (10, 11).

Novos ventos sopraram com a Revolução de 1930, inspirando Nathércia da Cunha Silveira e Elvira Komel, líder feminista em Minas Gerais, a formarem uma comissão, que em contato com as autoridades federais (entre os membros do novo governo, o ministro do Trabalho Lindolfo Collor), com o Cardeal D. Sebastião Leme, ao qual solicitou o patrocínio da Igreja, e com o antigo governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, obteve apoio ao voto feminino (10).

Em entrevista à imprensa, em 14 de setembro de 1931, Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, fez uma observação importante que no que concerne o progresso da luta pelos direitos femininos, referindo-se à Revolução de 1930 e de uma certa forma antecipando a Revolução Constitucionalista de 1932: "é um fato interessante, que as revoluções de pós-guerra têm favorecido a mulher", referindo-se à Revolução de 1930 (10, 11).

Nessa marcha, o voto feminino já era exercido em dez estados do país, quando o presidente Getúlio Vargas resolveu suprimir as restrições dos votos às mulheres. O Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, e o artigo 2 disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código. É importante mencionar que as disposições transitórias, no artigo 121, dispunham que os homens com mais de 60 anos e as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral. Logo, não havia obrigatoriedade do voto feminino, que só foi alcançado em 1934, com a nova constituição (11).

No dia 30 de junho de 1932, uma comissão de mulheres foi recebida no Palácio do Catete, pelo presidente Getúlio Vargas, que recebeu um memorial com mais de 5.000 assinaturas, no qual pleiteavam a indicação da líder feminista Bertha Lutz como uma das participantes da comissão que deveria elaborar o anteprojeto da nova Constituição Brasileira. Pouco mais de uma semana depois, porém, iniciou-se em São Paulo a Revolução Constitucionalista e todas as atenções foram dirigidas ao conflito. Em 27 de outubro de 1932, três semanas após o fim da guerra, a Comissão do anteprojeto, composta por 23 componentes foi nomeada por Getúlio Vargas, que cumpria assim sua promessa, nomeando não só Bertha Lutz, mas também Nathércia da Cunha Silveira.

A história de lutas e conquistas de tantas mulheres, muitas delas mártires de seu ideal, no decorrer de quase dois séculos, leva a humanidade a iniciar um novo milênio diante da constatação de que a mulher buscou e aos poucos estava conquistando o seu lugar. Mais que isso, assegurou seu direito à cidadania, legitimando seu papel enquanto agente transformador.

### A TERCEIRA REVOLUÇÃO: A INCLUSÃO DA MULHER NO ESPORTE

A luta pela inclusão da mulher no esporte ocorreu de forma semelhante à da inclusão da mulher na cidadania, com direito ao voto.

Às mulheres sempre foi negado o acesso à prática de atividades físicas e esportes por conta de preconceitos que vieram de longa data através da tradição patriarcal de séculos. A figura do homem, de provedor do lar, estava associada ao mundo de fora da casa, o 'outdoors', o mundo do movimento, da inclusão, da atividade e do exercício. A figura da mulher sempre esteve associada à casa, à procriação, ao mundo de dentro 'indoors', o mundo da passividade, submissão e da exclusão (12). O tempo livre escasso de muitas mulheres tornou-se ainda mais escasso com o advento da Revolução Industrial uma vez que estariam assumindo a dupla jornada: a de trabalho fora da casa e a do trabalho dentro da casa com os afazeres domésticos. No entanto, à medida que o tempo foi passando e a conscientização de seus direitos de cidadãs aumentando, mais mulheres começaram a reivindicar direitos na área do esporte, mas esbarraram em barreiras seculares de preconceitos e tabus.

Em 1896, as mulheres foram oficialmente excluídas como atletas dos Jogos Olímpicos pelo idealizador do renascimento das Olimpíadas, o Barão Pierre de Coubertin (1863-1937) (13). Os Jogos Olímpicos da era moderna começaram oficialmente em 6 de abril de 1896, em Atenas, na Grécia, com a participação de 245 atletas masculinos de 14 países do mundo ocidental. O Barão Pierre de Coubertin, homem típico de sua época, optou por seguir a tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade mantendo a mulher fora das quadras, campos e arenas esportivas. As primeiras Olimpíadas modernas não tiveram a participação de mulheres atletas, excluindo, portanto, 51% da humanidade. Mais uma luta para as mulheres no âmbito mundial: a luta pela inclusão como esportistas e praticantes de atividades físicas: direito de todos os seres humanos habitantes desse planeta (13).

A inclusão das mulheres nas Olimpíadas veio a ser feita gradualmente por elas próprias como resultado do seu desenvolvimento e da conscientização de um papel ativo que elas já começavam a exercer na nova sociedade industrializada da segunda metade do século 19 e no decorrer do século 20. As mulheres começaram a conquistar novas posições em seus países, tornando-se mais ativas, e especialmente lutando para se tornarem cidadãs com direito ao voto. Se as mulheres estavam cada vez mais querendo ocupar um lugar na ordem social, não era muito diferente no mundo do esporte. Pouco a pouco as mulheres começaram a invadir uma área que nunca lhes havia pertencido e que lhes era bastante atraente. A prática do esporte e da atividade física lhes dava prazer (13).

Apesar de sua exclusão das Olimpíadas, atletas inglesas e escocesas de futebol feminino fizeram sua primeira partida oficial de futebol em Londres em 1898. No entanto as primeiras referências às exibições esportivas femininas na imprensa internacional só foram acontecer em 1900 por ocasião da segunda edição dos Jogos Olímpicos em Paris (11).

Embora o Comitê Olímpico Internacional (COI) regulasse as atividades olímpicas, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) tiveram que ser criados nos países que queriam participar dos Jogos Olímpicos. No início, os comitês nacionais locais organizaram os Jogos Olímpicos em suas respectivas cidades. Os Jogos de 1900 e de 1904 aconteceram junto com as Feiras Mundiais; portanto, a escolha das modalidades esportivas a serem incluídas nos Jogos Olímpicos estava nas mãos dos comitês organizadores das feiras e, logo, fora do controle do COI. Na realidade, as Olimpíadas demoraram um pouco para se popularizar. Os Jogos de 1900 em Paris, de 1904, em Saint Louis, e de 1908, em Londres tiveram pouco público e foram muito mal organizados, o que fez com que as mulheres pudessem se incluir sem muitas dificuldades. Entretanto, elas não eram reconhecidas como atletas já que a participação feminina nos Jogos não tinha o consentimento do COI (13).

Já que o COI se recusava a incluir o atletismo feminino nos Jogos Olímpicos, a francesa Alice de Milliat desafiou a situação da época, fundou a Fédération Sportive Féminine Internationale (Federação Esportiva Feminina Internacional) e organizou os primeiros Jogos Olímpicos Femininos em 1922. Eles foram tão bem sucedidos que foram re-editados em 1926, 1930 e 1934 como The Women's World Games (Jogos Femininos Mundiais). Eles se tornaram visíveis ao COI especialmente por causa do enorme interesse do público (13).

Houve um fato importante em 1925. O então presidente do COI, Barão de Coubertin, afastou-se do cargo que ocupava porque acreditava que sua missão já estivesse cumprida e porque também se sentia desiludido por causa de um suposto desvirtuamento dos ideais olímpicos: (i) a crescente profissionalização dos atletas; (ii) as interferências de ordem política e (iii) a participação das mulheres, a que sempre se opôs. Os Jogos Olímpicos que ocorreram em 1928 já contavam oficialmente com a participação das mulheres nas provas de atletismo (14).

A primeira participação brasileira nos Jogos Olímpicos aconteceu em 1920 na Antuérpia. O Brasil enviou 29 atletas masculinos que obtiveram três medalhas. Nos Jogos Olímpicos de 1924, em Paris, foram enviados 11 atletas masculinos brasileiros, porém dessa vez o Brasil não conseguiu medalhas. Para as Olimpíadas de 1928, em Amsterdã, o Brasil não enviou nenhum atleta devido à crise econômica que o país atravessava e que viria a se concentrar no período de 1930 a 1932 no estado de São Paulo (15).

Em meio a todo esse tumulto ocorrido no Estado mais rico do país é que houve o desenvolvimento de um esporte permitido às mulheres, especialmente aquelas descendentes de emigrantes europeus que já o praticavam há algum tempo em seus países de origem: a natação feminina. Talvez pelo fato de as pessoas estarem mais concentradas nos acontecimentos políticos e financeiros, puderam famílias mais ligadas ao esporte encorajar suas filhas na prática da natação. A sociedade brasileira e, em especial, a paulista era extremamente conservadora.

Embora houvesse pensamentos higienistas ligados à prática de alguma atividade física para a mulher, visando, sobretudo, seu papel de mãe e esposa, o acesso era bastante restrito à adolescência e aos lugares 'de família' onde essas mocinhas poderiam praticar o tênis, a natação e atletismo, geralmente os clubes. Após o casamento, as mulheres não eram encorajadas à prática esportiva. A mulher mantinha ainda sua função de procriadora e de viver para o marido, os filhos e a casa. A visão higienista da prática da atividade física é encontrada nos discursos das nadadoras paulistas Maria Lenk, Marina Cruz e Melanie Helbing e na imprensa, de um modo geral, que passou a publicar noções de eugenia importadas da Europa e dos Estados Unidos, incentivando as mocinhas a aderirem a uma prática desportiva que contribuísse para que tivessem filhos mais saudáveis e que ao mesmo tempo conservasse as características ditas femininas da mulher, sem 'masculinização' (musculatura aparente) e sem demonstração de força, que caracterizava a prática masculina (4). A natação teria surgido então nos anos 20 como a prática ideal esportiva feminina porque ajudava a mulher a preservar sua feminilidade e lhe propiciava um ar saudável. Tais pressupostos já se fixavam nos anos 30, conforme atestam jornais da época: "O objetivo da natação e dos esportes em geral segundo higienistas é dar à praticante o desenvolvimento regular e harmonioso" (entrevista de Maria Lenk ao "Diário Nacional" em 30/4/1932); "Natação é o esporte ideal para a mulher. Não se expõe o físico de molde a ficar deformado, bem como não nos arriscamos a incidentes" (declaração de Melanie Helbing, nadadora, ao "Diário Nacional" em 6/1/1931).

A imprensa fez ampla cobertura da natação feminina, porém visando a venda dos jornais já que fotografavam as nadadoras em maiôs, o que para a época representava uma sensação.

## 2. A CENA

### MARIA LENK E A QUARTA REVOLUÇÃO

Foi justamente nesse período tumultuado de 1930 a 1932 que Maria Lenk despontou para a natação e para a fama como uma das maiores nadadoras do Brasil de todos os tempos.

Nascida em Sant'Anna, São Paulo, a 15 de janeiro de 1915, Maria Emma Hulda Lenk (Zigler), descendente de alemães, competiu pela primeira vez no Clube Esperia, em 2 de fevereiro de 1930. A partir de então seu sucesso nas piscinas de São Paulo, do Brasil e do mundo não mais parou. Maria Lenk continua até hoje competindo gloriosamente ao redor do planeta numa cruzada, segundo ela agora, contra a velhice e servindo de exemplo para todos nós.

Devido a problemas de saúde de infância, Maria Lenk foi orientada por seu pai, campeão também de natação, Paulo Lenk, a nadar. Descobriram então seu talento para o esporte aquático que, mais tarde, seria uma glória para o Brasil. Fotografias da época estampada em jornais revelam que ela era mais alta e maior que suas concorrentes (4), o que pode ter contribuído para sua performance atlética. Quando ingressou na Associação Atlética São Paulo, Maria Lenk foi treinada por Raul Macedo Carvalho, segundo ela própria em artigo para um jornal em maio de 1931, após regressar de uma competição no Rio de Janeiro, "esse infatigável e paciente treinador sobre quem reflete grande parte do meu triunfo alcançado aos quais se estende o meu agradecimento" (4).

Quando Maria Lenk nasceu a natação feminina já era praticada na Europa, sendo introduzida extra-oficialmente pelas suecas nos Jogos Olímpicos de Estocolmo em 1912 por ser um esporte bastante popular entre as mulheres (14). Daí teve sua participação aumentada nos Jogos seguintes além de sua prática se tornar comum. Da Europa, a natação feminina correu mundo e veio também para o Brasil.

O futuro cenário de uma participação feminina na natação na X Olimpíada, em Los Angeles, já começava a se formar em 1931 a partir da presença da nadadora sueca Briba Hazelins, que já havia representado seu país nas Olimpíadas. Havia sido então contratada pelo Instituto Jaguaribe com a incumbência de "iniciar o preparo de uma porção de alunas daquele instituto", de acordo com o jornal "Correio da Tarde" de 26 de julho de 1931 (4). Além de discorrer sobre as qualidades da nadadora olímpica, o jornal sugeriu uma competição entre Briba Hazelins, recordista mundial dos 200m em braçada clássica, e a melhor nadadora brasileira, Maria Lenk, que detinha o recorde brasileiro de 400m de braçada clássica para se "ter uma pequena idéia do progresso da nossa natação" e ao mesmo tempo em que proporcionaria uma oportunidade a Maria Lenk para demonstrar as suas qualidades na braçada clássica. "Fica aí, portanto, o nosso lembrete e esperamos que os dirigentes dos nossos clubes providenciem a respeito" (4).

Na edição de 15 de agosto de 1931, o "Correio da Tarde" entrevistou Maria Lenk, que se mostrou "muitíssimo interessada em conhecer a nadadora olímpica que se encontra em São Paulo". Em relação a Briba Hazelins, Maria Lenk disse que "gostaria de vê-la nadar e que aproveitaria bastante da observação do seu estilo de braçada clássica, prova em que Briba era campeã. Tenho certeza de que só teria a lucrar, como, aliás, qualquer pessoa, em verificar o modo por que aproveita os movimentos obrigatórios do nado em que se especializou" (4). Os jornais não confirmam se realmente houve esse encontro.

O "Diário da Noite" confirmou em 21 de agosto de 1931 (4) que a estrela de Maria Lenk cada vez brilhava mais forte na medida em que vinha melhorando o seu estilo e tempo. Nessa entrevista, Maria Lenk revelou um pouco de seu passado atlético e de seu objetivo: "Iniciei-me na prática salutar da natação há mais ou menos dois anos, sob a competente direção do Sr. Raul de Carvalho. Em fevereiro de 1930, competi pela primeira vez num festival do Esperia, tirando segundo lugar na prova de 50m (braçada clássica), novíssimas, páreo esse ganho por Marina. Depois corri muitas e muitas vezes sempre revezando os primeiros e segundos lugares com minha rival e colega de clube. Em abril do ano passado, se não me falha a memória, foi que venci o páreo, que eu reputo mais sensacional da minha carreira e o que me deixou recordação indelével. Foi uma competição ideada pelos 'Diários Associados'. Venci o páreo de honra, 100m, nado livre em 1'29". Estando em organização o campeonato feminino de natação, pretendo nele tomar parte e por isso vou treinar com afinco, pois creio que poderei vencer algumas provas" (4).

Apesar de já ser 21 de agosto de 1931 e de as Olimpíadas de Los Angeles ocorrerem somente no ano seguinte, o "Diário da Noite" ainda quis saber a opinião da jovem Maria Lenk sobre o envio de algumas nadadoras às Olimpíadas de Los Angeles. A entrevistada disse então que era "muito cedo ainda para pensar em Olimpíadas, pois os tempos estavam ainda muito fracos". Porém assinalou que talvez ela", depois de apurados treinos, poderia figurar em uma ou duas provas de braçada clássica ". Maria Lenk desviou então do assunto para descrever a situação da natação feminina como sendo "deveras lamentável que o número de nadadoras no Brasil seja bastante reduzido. As minhas patrícias ao freqüentar os clubes no verão e limitam-se apenas a aprender a ficar flutuando. Conheço moças com aptidões notáveis: se tivessem mais vontade e entusiasmo, tornar-se-iam ótimas nadadoras, porém uma vez que venceram uma ou duas provas de campeonato interno, abandonam por completo os

treinos.”Naquele momento de agosto de 1931, o sonho dourado de Maria Lenk” no ramo de esporte que pratica era vencer o Campeonato Feminino do Estado e arranjar uma competidora para os 800m, nado livre “ (4). Alheio à Revolução Constitucionalista que já estava se organizando, alguns meses mais tarde, no princípio do ano das Olimpíadas, em 16 de janeiro de 1932, o jornal “O Dia” inicia uma campanha para a inclusão de Maria Lenk como representante da natação brasileira: “se os mentores da CBD desejam agir com justiça e imparcialidade na escolha dos elementos representativos da natação brasileira não deverão esquecer da nossa melhor nadadora, a senhorita Maria Lenk, elemento de valor e digna de nos representar naquela Olimpíada com probabilidade de ser finalista numa das provas daquele grande certame internacional”. Adicionam que apesar da pouca idade, Maria Lenk é “possuidora de um físico formidável, bem orientada nos seus treinos, podendo dentro em breve ser uma glória nacional em plagas estrangeiras, pois é bastante citarmos que atualmente na braçada clássica e mesmo no nado livre de um ano para cá não sofreu nenhum revés, tornando-se desta maneira, digna de melhor apoio dos dirigentes da F.P.S.R. e da própria CBD”.

Os tempos que Maria Lenk vinha obtendo em provas de sua especialidade, a braçada clássica, indicavam-na como provável vencedora de um torneio brasileiro feminino, ou até mesmo, segundo o jornal, um torneio internacional, no qual ela “representaria muito bem as cores nacionais”.

Para esta proposição, o jornal oferece um resumo da vida esportiva de Maria Lenk, que está transcrito no quadro 1 “com as suas vitórias que são metas, a par com os tempos verdadeiramente formidáveis para a sua classe e tempo que vem praticando a natação”. Para a época tratava-se de evidência incontestável, que em meio a várias revoluções, principalmente a que ocorria no estado de São Paulo poderia trazer algum tipo de compensação para a situação difícil por que se passava (4).

O país precisava de alguém que pudesse levantar o moral do povo. O Brasil não havia mandado nenhum atleta a Amsterdã para as Olimpíadas de 1928 não somente devido à falta de recursos, mas também por estar no final de uma difícil fase no governo federal: o fim da República Velha que logo chegaria com a Revolução de 1930. O povo carecia de uma luz certa e bem vistosa que pudesse resgatar o valor nacional, enchendo de orgulho o peito brasileiro. Ao mesmo tempo as mulheres exerciam pressão junto ao governo para serem reconhecidas como cidadãs através de seu movimento para o sufrágio feminino. Enquanto isso a imprensa investia na promoção de uma mocinha que a cada dia melhorava seus tempos numa piscina.

Quadro 1 Vida esportiva de Maria Lenk entre 02/02/1930 e 20/03/1932 (4)

	Data	Local	Distância	Tipo de nado	Classe	Tempo da prova	Tempo de prática do nado
1	02/02/30	Esperia	50m	Livre clássica	Novíssima	48”	2 anos
2	13/02/30	AASP	50m	Livre	Interna	46”	2 anos
3	16/02/30	AASP (FPSR)	50m	Braçada Clássica	Novíssimos		2 anos
4	23/03/30	Federação (AASP)	50m	Nado livre	Novíssimos		2 anos
5	17/08/30	AASP	50m	Nado livre	Novíssimos		2 anos
6.	12/10/30	Estrela	100m	Nado livre		1’39”	2 anos
7	12/10/30	Estrela	50m	Costas		49”	1 ano
8	11/10/30	Federação	50m	Nado livre			2 anos
9	16/11/30	Federação	4 x 50m	Revezamento Nado livre			1 ano
10	30/11/30	Federação	50m	Revezamento Nado livre	Júnior	41”	2 anos

11	30/11/30	Federação	50m	Braçada clássica	Júnior	44"	1 ano
12	22/03/31	Feminina	100m	Nado livre	Júnior	1'29" 1/5	1 ano
13	22/03/31	Feminina	400m	Braçada Clássica	Júnior	7'30"	1 ano
14	22/03/31	Feminina	4 x 50m	Nado livre	Júnior		2 anos
15	22/03/31	Feminina	3 x 25m				1 ano
16	29/03/31	Federação	100m	Braçada clássica	Júnior	1'37"	1 ano
17	29/03/31	Federação	100m	Livre		1'30"	1 ano
18	19/04/31	Feminina	200m	Livre		3'24"	1 ano
19	19/04/31	Feminina	150m	Medley		300 2/5"	1 ano
20	19/04/31	Feminina	3 x 50m	Revezamento		2'20"	1 ano
21	26/04/31	Rio de Janeiro	200m	Livre		3'19"	1 ano
22	11/10/31	Força Pública	50m	Livre		39"	1 ano
23	18/10/31	Estrela	100m	Livre		1'23" 1/5	1 ano
24	18/10/31	Estrela	100m	Braçada Clássica		1'37" 1/5	1 ano
25	10/01/32	Federação	50m	Braçada Clássica		46"	1 ano
26	10/01/32	Federação	100m	Livre		1'27"	1 ano
27	24/1/32	Federação	100m	Nado de costas		1'41"	1 ano
28	28/2/32	Gazeta	7200m	Livre no Rio Tietê			1 ano
29	20/3/32	Federação	100m	Nado de costas		1'40" 3/10	1 ano
30	20/3/32	Federação	50m	Nado de costas		48"	1 ano

Continuando a trajetória de sucesso de Maria Lenk, o "Diário da Noite" de 30 de março de 1932 relatou a visita do carioca Antonio Ferreira Jacobina Filho, campeão sul-americano de water-polo, autoridade em natação da época, à Atlética. Lá ele descobriu uma "nadadora que é um colosso". Em suas palavras, "dos campeões de natação de SP, a que mais me entusiasmou foi a nadadora Maria Lenk, que é assombrosa e que dá 'poeira' em muitos nadadores, com certa facilidade Maria Lenk fez 3'22" em 200 m de peito e 1'26" em nado crawl. Ela está colossal nas saídas e nas voltas, o que faz com verdadeira perfeição" (4).

Uma semana mais tarde, em 7 de abril, o "Diário da Noite" registrou que "Maria Lenk havia estabelecido o recorde brasileiro dos 200m braçada clássica com 3'226." O jornal então utilizando como fonte a revista "Der Schwimmer" comparou o tempo obtido por Maria Lenk nesta prova de braçada clássica com os tempos de nadadoras européias

que haviam participado do campeonato europeu do ano anterior (1931) para a mesma prova: (i) a inglesa Wolstenholme obteve o tempo de 3'16" 2; (ii) a holandesa Kalstein, 3'18" 2; (iii) a inglesa Hinton em 3'20" 4; e (iv) a alemã Sucherdt em 3'23" 8. Pode-se então concluir que Maria Lenk ficaria em quarto lugar. No entanto é necessário acrescentar que nesta prova especificamente Maria Lenk correu sozinha sem ter quem a puxasse e logo após ter nadado a prova de 100 m de costas. O jornal ainda acrescenta em sua análise que "ninguém nos viria dizer que tal nadadora treinada especialmente nesta prova, não honraria o nome esportivo do Brasil nas grandes competições esportivas mundiais do corrente ano. Reflitam, pois senhores da CBD ao escolherem os nossos representantes para Los Angeles" (4). Isto mostra que Maria Lenk estava cada vez mais perto de obter uma indicação efetiva para representar o Brasil na natação feminina na X Olimpíada.

No final do mês de abril, Maria Lenk concedeu entrevista para o "Diário Nacional" em 30 de abril na qual afirma que continua treinando para as Olimpíadas, porém não sabia se para ir a Los Angeles. Ela treinava apenas para melhorar seu desempenho. Sua bandeira era "antes que se faça grande propaganda da natação feminina, pois assim, para a próxima olimpíada, teremos uma porção de moças, todas em ótima forma, prontas para fazer uma grande eliminatória a fim de ser escolhida a equipe brasileira" (4). Finalmente em maio de 1932, Maria Lenk foi indicada pela CBD e nas provas eliminatórias de natação bateu o recorde sul-americano dos 100m em nado de costas em 1'35 "4/5, recorde este que pertencia a V. Caffarena com 1'47" 3/5. O recorde mundial pertencia naquela época a B. Mealing com 1'20 "3/5 e o olímpico a M. T. Baun com 1'22" (4). O embarque da delegação brasileira no Itaquicê se deu em fins de junho de 1932. Maria Lenk, aos 17anos de idade, embarcou sozinha. A Revolução Constitucionalista explodiu em 9 de julho de 1932 interrompendo a comunicação da imprensa com o exterior (4).

Em retrospecto, é possível observar que como Maria Lenk realmente era muito diferente das outras nadadoras em sua estrutura física, porte atlético e demais habilidades, com tempos bastante reduzidos, especialmente impressionantes para uma jovem nadadora, cogitou-se de mandá-la para fora como representante nacional uma vez que era imbatível aqui. Era a melhor nadadora de todos os tempos. Como o Brasil de 1932 carecia de uma figura que pudesse enlevar o nome do país em termos de auto-estima para os brasileiros, as cores nacionais poderiam ser mais bem defendidas por ela visando alguma glória para os brasileiros. Maria Lenk, a revolução da natação feminina, poderia ser considerada nesse caso uma peça chave na construção de uma identidade em meio a um período de mudanças intensas tais como as da Revolução Constitucionalista e as outras, mais silenciosas, da inclusão das mulheres na cidadania e no esporte. Maria Lenk foi uma vitoriosa na medida em que contribuiu essencialmente para a inclusão da mulher no cenário esportivo brasileiro, principalmente no cenário da natação feminina em meio a várias revoluções que tomavam conta do Brasil, especialmente do estado de São Paulo.

#### Referências Bibliográficas

1. A Guerra Civil Brasileira. Recuperado em 17 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.geocities.com/Athens/Atrium/8125/ahistoria.html](http://www.geocities.com/Athens/Atrium/8125/ahistoria.html)
2. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Recuperado em 19 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos.htm)
3. Mulheres/Feminismo. Recuperado em 4 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.sinai.com.br/psbperdizes/mulheres.htm](http://www.sinai.com.br/psbperdizes/mulheres.htm)
4. Universidade Gama Filho, Biblioteca Central, Arquivo Maria Lenk, 2002.
5. A Revolução de 1930. Recuperado em 20 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.geocities.com/Athens/Troy/9288/getulio1.htm](http://www.geocities.com/Athens/Troy/9288/getulio1.htm)
6. Textos Políticos da História do Brasil. Recuperado em 28 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.cebela.org.br/txpolit/socio/vol4/D\\_intro.html](http://www.cebela.org.br/txpolit/socio/vol4/D_intro.html)
7. Revolução de 1930. Recuperado em 29 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.historianet.hpg.ig.com.br/rtrinta.html](http://www.historianet.hpg.ig.com.br/rtrinta.html)
8. Retrato de uma Guerra. Recuperado em 2 de junho de 2002, da Rede Internacional de Computadores: <http://guerrade1932.vilabol.uol.com.br/entrada.html>
9. Seneca Falls Convention. Recuperado em 26 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.si.edu/harcourt/npg/we/seneca/senfalls1.htm](http://www.si.edu/harcourt/npg/we/seneca/senfalls1.htm)
10. A Mulher e o Voto. Recuperado em 23 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.al.sp.gov.br/eleicao/mulher\\_voto.htm](http://www.al.sp.gov.br/eleicao/mulher_voto.htm)
11. A Luta pela Emancipação da Mulher – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Recuperado em 20 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.wmulher.com.br/artigos/luta\\_emancipacao.htm](http://www.wmulher.com.br/artigos/luta_emancipacao.htm)
12. Miragaya, A & DaCosta, L. (1997). Atividades físicas sistemáticas e a mulher: inclusão no lazer, na família e no trabalho (trabalho não-publicado).
13. Miragaya, A. (2002). A Mulher Olímpica. Anais do Fórum Olímpico, Rio de Janeiro, Editora Gama Filho.
14. The International Olympic Committee. Recuperado em 14 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.olympic.org/uk/index\\_uk.asp](http://www.olympic.org/uk/index_uk.asp)
15. Comitê Olímpico Brasileiro. Recuperado em 25 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: [www.cob.org.br](http://www.cob.org.br)